

Parte I - Estado, Políticas Sociais e Saúde

1 - Notas sobre a globalização neoliberal

Emir Sader

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SADER, E. Notas sobre a globalização neoliberal. In: MATTA, GC., and LIMA, JCF. orgs. *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 35-47. ISBN: 978-85-7541-505-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415054](https://doi.org/10.7476/9788575415054). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/v4fx5/epub/matta-9788575415054.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE I



ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E SAÚDE

NOTAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL



Emir Sader

De tanto ser mencionada, a globalização tornou-se um termo vulgarizado, aparentemente perdendo conteúdo, de tal maneira fica a impressão de que haveria um consenso em torno do seu entorno inevitável. Em princípio ninguém negaria que o comércio internacional foi acelerado de forma exponencial; que os Estados perderam a capacidade de controlar suas economias; que se tornaram mais fracos diante dos mercados; que grandes blocos integrados passaram a ocupar o cenário econômico internacional, no lugar das economias nacionais; que os capitais se deslocam para os territórios mais recônditos do mundo; que os capitais financeiros adquiriram uma velocidade de circulação jamais vista; que os fenômenos de desterritorialização foram se generalizando. Enfim, parece ter sido gerado um consenso em torno da força do mercado internacional, dos capitais financeiros, dos processos de integração regional, dos poderes supranacionais. Porém, se nos perguntamos mais detidamente, as diferenças se acumulam sobre o significado do termo, sua natureza, seus ganhadores e perdedores. A ponto de se poder falar em ‘globalizadores’ e ‘globalizados’, para designar os agentes e vencedores e suas vítimas – os perdedores da globalização. E em globalização alternativa, solidária, inclusiva. Diante da sua abrangência, a globalização impõe, também aos que a criticam, o dilema de opor-se frontalmente a ela e a seus efeitos, ou de dar-lhe um sentido alternativo. Neste caso, resta a questão sobre a sua possibilidade e quais são as diferenças fundamentais para imprimir-lhe um sentido radicalmente diferente.

OS ANTECEDENTES DA GLOBALIZAÇÃO

Há os que minimizam as transformações operadas sob o nome de globalização, dizendo que desde seu surgimento, com a revolução comercial, no século XVI, o capitalismo desatou um processo de internacionalização das relações comerciais, que faz com que sua própria natureza – conforme a própria análise de Marx no *Manifesto Comunista* – seja a de estender incessantemente as relações mercantis.

Pela própria dinâmica do processo de acumulação de capital, em que está levado a ganhar na massa de lucro o que tende a perder na taxa – conforme diminui proporcionalmente o peso da mão-de-obra em favor da tecnologia –, o capitalismo é levado a expandir-se continuamente, tendo necessidade de novos mercados ou do aprofundamento dos mercados existentes.

Toda a história do capitalismo, articulada em torno das sucessivas hegemônias coloniais e depois imperialistas, mostra que este constituiu territórios cada vez mais amplos de expansão das relações mercantis, até a repartição das colônias pelas potências européias no fim do século XIX, provocando a afirmação de Lênin de que a partir dali a expansão de alguma das potências imperialistas teria que ser feita às expensas de outras, abrindo um período de guerras interimperialistas. Essas guerras que, quanto mais passa o tempo, mais parecem uma única, em duas etapas, com um intervalo em que o clima bélico não foi dissipado e ocupa mais de quatro décadas. Elas foram o cenário no qual, derrotada a potência alemã emergente, os Estados Unidos se afirmaram como sucessores da Grã-Bretanha, como potência hegemônica.

A crise de 1929 redefiniu em termos econômicos o panorama mundial, visto que houve consenso para culpar o liberalismo pela crise. As três principais reações à crise foram frontalmente antiliberais. Os fascismos europeus fortaleceram a intervenção econômica do Estado, seja por meio da indústria bélica, seja por outras empresas do capitalismo de Estado, além de identificá-lo com a nação e atribuir a esta um valor doutrinário.

A URSS avançou celeremente na construção de um modelo econômico fortemente centralizado em torno do Estado, com expropriação dos capitais privados. Os Estados Unidos lançaram o Estado de bem-estar, com o Estado assumindo grandes responsabilidades econômicas e sociais.

O processo de globalização sofreu certo retrocesso, os Estados se dedicaram prioritariamente a proteger as economias nacionais. Ao mesmo tempo, a constituição do chamado ‘campo socialista’, a partir da URSS, dos Acordos de Yalta, no final da Segunda Guerra Mundial, com base nos quais se constituíram os países do leste

européu como integrados a esse campo e a Revolução Chinesa de 1949. Esses territórios se subtraíram às zonas de economia de mercado.

O resultado da Segunda Guerra Mundial permitiu unificar o campo capitalista, porém no marco de um mundo bipolar, entre o capitalismo e o socialismo. Foi nesse momento que se deu o ciclo longo expansivo de maior desenvolvimento, constituindo-se no que Eric Hobsbawm caracterizou como “a era de ouro do capitalismo”. Nesse período coincidiram e se alimentaram mutuamente a expansão dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão – que representavam as três locomotivas desse campo –, a expansão do socialismo e das economias periféricas, chamadas então de Terceiro Mundo – de que a industrialização no México, no Brasil e na Argentina são exemplos claros.

Foi um período diferenciado na história do capitalismo, um parêntese na longa dominação do liberalismo, mas ao mesmo tempo foi o período mais generoso do ponto de vista social – não por acaso. Foram os ‘30 anos gloriosos’, os do Estado de bem-estar social, do pleno emprego na Europa Ocidental e em outros países, como a Argentina. O antiliberalismo e as políticas opostas ao livre comércio eram responsáveis por isso. Foi um período que combinou o maior crescimento econômico da história do capitalismo, com a maior democratização social.

Ao longo de todo esse período, os pensadores liberais ficaram reduzidos ao isolamento, suas teses pareciam mastodônticas, de outro tempo e de outro planeta. Pregavam teses doutrinárias, faziam a crítica tanto dos regimes comunistas como, principalmente, dos Estados de Bem-Estar Social, por seu caráter keynesiano, de intervenção econômica, de regulação sobre a circulação de capitais. Mas não tinham audiência, eram uma espécie de seita.

Pregavam contra toda forma de intervenção estatal na economia, claramente contrapostos ao modelo soviético, porém mais preocupados com as propostas social-democratas, porque no âmbito do capitalismo e, em particular, contra a proposta do Partido Trabalhista inglês, afirmando que esse estatismo seria a anti-sala do comunismo. O tema da ‘liberdade’ era central para eles, no sentido de liberdade econômica de mercado e de liberdade dos indivíduos, entendidos na sua dimensão de consumidores.

A INTRODUÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Foi quando o ciclo começou a chegar a seu fim, com as economias principais diminuindo seus ritmos de crescimento, fazendo prever a estagnação, que os receituários

liberais voltaram a ocupar um lugar de destaque nos debates sobre as razões do fim do ciclo e as perspectivas possíveis para uma reconversão econômica que favorecesse um novo período de expansão.

Seu diagnóstico apontava para profundas transformações nos elementos essenciais do modelo vigente até então: o papel do Estado como regulador da economia, as dimensões do mercado, a soberania nacional, as empresas estatais, os direitos trabalhistas, entre outros. Alegavam que as restrições à livre circulação do capital eram os responsáveis fundamentais pela estagnação, e para que a expansão econômica fosse retomada seria necessário liberar o capital dessas amarras.

O esgotamento do ciclo longo expansivo do capitalismo – coincidindo com a crise do petróleo de 1973 – colocou em questão o modelo regular hegemônico. A continuada expansão da economia e a conquista de direitos sociais significativos – facilitados pelo pleno emprego nos países da Europa Ocidental e, entre outros, na Argentina – geraram direitos – que compunham o que se convencionou chamar de ‘Estado de bem-estar social’. Quando a economia diminuiu seu ritmo de crescimento, o Estado diminuiu sua arrecadação, o nível de emprego foi baixando, gerou-se um desequilíbrio entre os direitos adquiridos e a capacidade do Estado de atendê-los.

Nesse momento surgiram diagnósticos, em geral conservadores, sobre as razões da estagnação e as formas de superá-la. O primeiro diagnóstico foi apresentado pela Comissão Trilateral, formada por representantes dos Estados Unidos (o renomado Samuel Huntington), da França e do Japão, centrado na categoria de ‘governabilidade’. Afirmava-se que a recessão produzia um desequilíbrio entre os direitos e a capacidade financeira do Estado de atendê-los, propondo o que chamavam de ‘democracia restrita’, ou seja, de atendimento seletivo dos direitos e, sobretudo, um corte naqueles existentes. A palavra ‘governabilidade’ passou a ser incluída no vocabulário da nova versão do liberalismo, como categoria central, significando ‘possibilidade’, ‘viabilidade’, ‘exequibilidade’, incluindo agora o filtro financeiro como critério de realização dos direitos.

Mas os diagnósticos que predominariam foram ainda mais radicais, aqueles que foram chamados por seus próprios teóricos como neoliberais, como renascimento do liberalismo, mas adaptado às novas condições, sem a ortodoxia de propor nenhuma intervenção estatal – um dos fatores que permitira o aprofundamento da crise de 1929. Seus autores foram muito audazes, chocando-se frontalmente com o consenso existente há décadas.

É preciso recordar que quando a crise desse modelo já era manifesta, o conservador Richard Nixon afirmara: “Somos todos keynesianos”, revelando, no entanto,

como o modelo conquistara clara hegemonia. Essa hegemonia percorreu de tal forma todo o espectro político e ideológico, que os partidos responsáveis pela construção do Estado de bem-estar social na Europa Ocidental não foram os social-democratas, mas sim partidos de direita, como o Democrata Cristão na Alemanha e na Itália e o Gaullista na França. Os social-democratas foram os responsáveis pelas suas formas mais avançadas, na Escandinávia. Porém, independentemente da força política, o consenso keynesiano era muito amplo.

Fenômeno similar ocorreria mais recentemente com o modelo neoliberal que, iniciado por forças de direita – Pinochet, Margareth Thatcher, Ronald Reagan –, se generalizaria, da mesma forma, ao conjunto do espectro político nas décadas recentes.

A transição para o novo modelo se deu com base no diagnóstico que fazia recair sobre o Estado o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico, seja por este limitar a livre circulação de capital, ou pela responsabilidade de gastos excessivos, que pressionariam a base monetária, gerando aumento de preços e inflação.

As políticas neoliberais, molas propulsoras da globalização contemporânea, têm vários aspectos: privatização de empresas estatais, abertura para o mercado internacional, desindexação dos capitais, precarização das relações de trabalho. Todas contêm um elemento central, que perpassa todos os outros e os articula: desregulamentação da economia, isto é, retirada das travas à livre circulação dos capitais.

As primeiras implementações concretas do modelo se deram na América Latina, a partir de um problema específico da periferia do sistema: a inflação. Surgiu no Chile, de Pinochet, e na Bolívia, de Paz Estensoro. Cada um deles com uma história distinta, mas reduzidos a uma fórmula comum, pelo combate à inflação, transformado em questão política central do novo período, em substituição ao desenvolvimento econômico.

No Chile, a ditadura de Pinochet herdou uma economia centralizada com base nas nacionalizações ou das intervenções em empresas privadas do governo de Salvador Allende. O governo militar não devolveu imediatamente as empresas a seus antigos proprietários, mas fez leilões, em que os novos grupos econômicos puderam se consolidar adquirindo empresas e bancos. Em seguida, jovens economistas da Escola de Chicago assumiram os postos-chaves do governo e fizeram a primeira experiência de aplicação de políticas neoliberais, inaugurando o papel de laboratório de experiências neoliberais em que se transformaria o continente latino-americano.

Ao processo de privatizações se somariam a abertura econômica do país, o abandono do Pacto Andino e de todos os projetos – especialmente o de industrialização

regional em que o Chile estava integrado e que havia levado à produção de automóveis e de bens de consumo durável. Essa abertura significou abandonar o projeto de industrialização substitutiva de importações e fazer o dinamismo da economia depender das exportações. O Chile voltou a ser uma economia primário-exportadora, centrada na exportação do cobre e seus derivados, da pesca, de frutas e de madeira. Apesar da tese central das privatizações, os militares mantiveram o cobre como monopólio estatal, pelo peso fundamental que tem na pauta exportadora do Chile, reservando-se 12% desses rendimentos para as Forças Armadas (FFAA).

Porém, o restante das propostas do modelo neoliberal foi seguido à risca, fazendo do Chile o primeiro grande modelo de economia adequada à globalização neoliberal, de que se tornou, até hoje, o caso paradigmático. Por apoiar-se numa brutal ditadura militar, o Chile pôde contar com as melhores condições políticas para reciclar o modelo de um estado centrado na democracia social para um articulado em torno da esfera mercantil. Foram inauguradas no Chile modalidades que depois se estenderiam a muitos outros países: a ‘reforma laboral’, que abriu as portas para a expropriação dos direitos ao contrato de trabalho para a maioria dos trabalhadores; a ‘reforma da previdência’, que expropriou os direitos da grande maioria da população, ao mesmo tempo que canalizava recursos para investimentos privados, entre outros.

Como resultado, o Chile tornou-se uma das economias mais dependentes no mundo da exportação e do mercado externo (da globalização), com mais de 50% do seu Produto Interno Bruto vinculado à exportação. Com esse perfil, o Chile foi o primeiro país da América do Sul a assinar um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, afastando-se da possibilidade de participar de processos de integração regional, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

Por outro lado, como consequência das políticas neoliberais postas em prática durante a ditadura de Pinochet, mantidas durante os governos civis, o Chile, que era um dos países com menor grau de desigualdade no continente, passou a ser um dos de pior distribuição de renda de toda a região – conhecido por ser o continente de maior injustiça social no mundo.

Na Bolívia, o detonador da implantação do modelo neoliberal foi o descontrole inflacionário, com a acusação de que este era decorrente dos gastos estatais, advindos do déficit da economia mineira do estanho. O governo que implementou essa política foi o de Victor Paz Estensoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o mesmo partido e o mesmo presidente que dirigiram a Revolução

Boliviana de 1952, de caráter nacionalista e camponês, que havia justamente nacionalizado as minas de estanho e realizado uma reforma agrária. Já não era uma força de direita que assumia o programa neoliberal, mas uma de tradição nacionalista, revelando o potencial hegemônico do novo modelo.

Da mesma forma que no Chile, foram orientadores internacionais que assessoraram a implementação do novo modelo. Na Bolívia, foi Jeffrey Sachs que propôs e viu atendida sua demanda de fechar as minas de estanho, matando o doente com o remédio cavalariço que receitou. Com isso terminava também a classe operária mineira e sua organização, a Confederação Operária Boliviana (COB), que havia sido um grande protagonista nacional desde a Revolução de 1952. Em seguida, colocou-se em prática um processo de privatização das empresas estatais, que incluiu as concessões na exploração da riqueza mineral que passou a ocupar o lugar do estanho na pauta exportadora boliviana – o gás. A Bolívia pobre passou a vender gás a preços subsidiados aos mais ricos (Brasil e Argentina). O Estado boliviano foi desmontado por sucessivos governos dos três principais partidos tradicionais, todos na mesma lógica neoliberal.

A HEGEMONIA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Foi nesse contexto que Margaret Thatcher e Ronald Reagan foram eleitos e se transformaram nos principais promotores do neoliberalismo em escala mundial. A globalização neoliberal se consolida, se estende e se torna hegemônica por meio da ação do bloco dos Estados Unidos com a Inglaterra. Formulou-se a teoria do Consenso de Washington, segundo a qual haveria uma fórmula universal, obrigatória para todos os governos, de ajuste fiscal, com suas conseqüências imediatas: refluxo dos gastos do Estado, concentrados em políticas sociais e gastos de pessoal, privatização de empresas, abertura da economia ao mercado internacional, precarização das relações de trabalho, incentivo à atração do capital financeiro. No plano internacional, a imposição do livre comércio, levada a cabo pela Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como a intensificação da dependência financeira, levada a cabo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e as políticas sociais subsidiárias, complementares, conforme as propostas do Banco Mundial.

O neoliberalismo prometeu a elevação dos níveis de investimento de capital, a modernização econômica, com as conseqüências dinâmicas nos outros planos da economia. Não foi o que aconteceu. Duas décadas depois, as economias que mantiveram o modelo neoliberal não conseguiram retomar ciclos estáveis de

expansão econômica. O processo violento de reconcentração de capital que as políticas neoliberais puseram em prática, mediante a privatização de patrimônios públicos, de barateamento da força de trabalho, dos subsídios ao capital, não levaram ao fortalecimento dos investimentos produtivos, mas à maciça transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo.

Mais de 90% dos movimentos de capital no mundo são simples transferências internas ao setor financeiro, como compra e venda de papéis das dívidas de governos ou de ações. Os altos níveis das taxas de juros atraem os capitais que, além disso, gozam da liquidez de que não dispõem em outras áreas.

Assim, o capital financeiro, que nascera para financiar a produção, passou a ocupar um lugar, o lugar hegemônico, central no processo de acumulação. De instrumento de apoio no processo de acumulação, passa a ser um fim em si mesmo, gerando um mecanismo de acumulação financeira que tem um caráter predatório, porque não cria riquezas nem empregos, acentuando os processos de concentração de renda.

Produziu-se dessa maneira um processo de financeirização da economia. Em primeiro lugar, o próprio Estado passou a ser financeirizado, isto é, passou a arrecadar recursos mediante o sistema tributário, principalmente, para o pagamento de suas dívidas. Isto significa que o Estado se torna um instrumento de transferência de recursos do setor produtivo ao especulativo.

Ao mesmo tempo produziu-se um extenso processo de precarização das relações de trabalho – chamado de informalização ou de terceirização ou ainda de flexibilização –, que representou o maior processo de expropriação de direitos da massa de trabalhadores. Na América Latina e no Brasil a maior parte dos trabalhadores deixou de ter contrato de trabalho, perdendo assim a possibilidade de se organizar, de apelar à justiça, de desfrutar de uma identidade social.

Esse processo de expropriação dos direitos formais do trabalho mudou a fisionomia das nossas sociedades, fragmentando as relações sociais. Conforme a minoria permaneceu com contratos de trabalho, a relação salarial formal passou a ser limitada a essa minoria, deixando de ser a grande reivindicação – junto com o direito ao emprego formal – que organizava a força de trabalho. O potencial de força social e política do mundo do trabalho se viu fortemente afetado, seja pela elevação do nível de desemprego, seja porque a identidade do trabalhador se debilitou, conforme as pessoas passaram a exercer múltiplas atividades simultaneamente e a mudar de uma para outra, sem identidade profissional.

Todo esse processo de profundas e concentradas transformações compõe o cenário do que podemos chamar de globalização neoliberal, dentro de cada país e

em escala mundial. Neste plano, operou-se a mais radical ruptura entre os países do centro – que passaram a ser chamados de ‘globalizadores’, por serem agentes desse processo de transformações – e os ‘globalizados’, por serem vítimas passivas dele.

Nunca como nestas décadas se aprofundou tanto o processo de concentração de poder e de renda dentro de cada país, entre países e entre regiões. As economias periféricas se fragilizaram com as crises que as afetaram na virada para a década de 1980, especialmente pelas fórmulas que o FMI aproveitou para impor, por meio de ‘cartas de intenções’, que obrigava os Estados a abrirem suas economias e cortarem recursos para políticas sociais. Produziu-se um brutal processo de transferência, via setor financeiro, de recursos dos países globalizados para os globalizadores. Ao mesmo tempo, o controle dos organismos financeiros e comerciais internacionais – como o FMI, a OMC, o Banco Mundial – permitiu aos países centrais impor as normas econômicas mundiais, avançando na direção das leis de livre comércio.

A MUDANÇA DE PERÍODO HISTÓRICO

A passagem do modelo regulador para o neoliberal foi uma transformação de proporções, com conseqüências ainda não suficientemente avaliadas nos planos econômico, político, social e cultural. No entanto, esses efeitos foram amplificados porque, paralelamente, se deu outra transformação, não de menor importância: a passagem de um mundo bipolar para um mundo unipolar, sob hegemonia imperial dos Estados Unidos. Em dois planos determinantes das relações de poder em escala mundial, deram-se, simultaneamente, duas viradas, ambas alimentando-se mutuamente para fortalecer a hegemonia norte-americana.

A implantação das normas do livre comércio favorece, automaticamente, os países e as empresas em melhores condições de competição, ao levantar ou enfraquecer os controles das economias nacionais e abrir espaços crescentes para a livre competição. Um acordo como o de livre comércio entre os países da América do Norte: Estados Unidos, Canadá e México; intensificou a dependência deste último em relação aos Estados Unidos, fazendo com que mais de 90% do seu comércio exterior se faça com o vizinho do Norte, sem que se tenha retomado um ciclo expansivo na economia do Sul. O crescimento se deu na fronteira norte do país, com as chamadas empresas de ‘maquila’, que se valem de mão-de-obra barata e não sindicalizada no lado sul da fronteira para transferir operações não qualificadas de grandes empresas para essa região, mantendo do lado norte as ocupações de melhor qualificação e de maior complexidade tecnológica.

Porém, até esse impulso localizado da economia mexicana teve vida curta, porque a China, mesmo situando-se muito mais distante do mercado norte-americano, passou a oferecer condições ainda mais favoráveis para as grandes corporações dos Estados Unidos, que abandonaram grande parte das instalações mexicanas, transferindo seus investimentos para a China, com mão-de-obra melhor qualificada e mais disciplinada, matéria-prima local barata e um mercado potencial ao qual poderiam vender diretamente parte de sua produção.

Esses fatores favoreceram a consolidação da hegemonia econômica dos Estados Unidos, somados a outros: o desaparecimento de quem ocupava o segundo lugar, a URSS, e o enfraquecimento relativo dos que o seguiam, a Alemanha e o Japão. Se a economia dos Estados Unidos é menos forte do que foi no ciclo longo expansivo anterior, por exemplo, na década de 1950, comparada com as condições de superioridade que possuía nesse período, ela reafirmou sua hegemonia no ciclo neoliberal.

Por outro lado, ao se afirmar como a única superpotência, consolidou mais amplamente sua superioridade militar, desenvolvendo sem limites sua indústria bélica. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos se afirmam como a única superpotência política, a única com capacidade de iniciativa e com políticas para todas as zonas do mundo.

Ainda assim, se a economia norte-americana revela debilidades, com os três déficits e a fraqueza do dólar refletindo fragilidades que não possuía anteriormente, quando era um país exportador de capital e não importador, como atualmente, ainda assim, a hegemonia dos Estados Unidos segue adiante. Em primeiro lugar, porque não aparece no horizonte outra potência ou bloco de potências que possa substituí-los nessa função vital para o sistema de poder mundial.

Em segundo lugar, porque o país mais notoriamente ascendente, a China, não pode competir como potência hegemônica, seja porque faz parte de um patamar econômico muito baixo seja porque não tem capacidade de iniciativa política global, o que está além das suas esferas imediatas de ação. E, principalmente, não tem perspectiva de se tornar uma superpotência militar.

Porém o plano em que a hegemonia dos Estados Unidos se revela a mais forte é o ideológico. Os Estados Unidos souberam propor sua forma de vida como uma proposta ideológica fortemente articulada com sua indústria de consumo, com Hollywood, com o estilo de consumo dos *shopping centers*, com as campanhas publicitárias.

A tendência previsível é a de um período longo de turbulências internacionais e também em nível nacional, em vários países. Porque há um desgaste da capacidade

hegemônica norte-americana, pela combinação entre os desgastes nas guerras do Iraque e do Afeganistão e a crise econômica interna. E porque o modelo econômico neoliberal, de que os Estados Unidos foi o maior promotor, revela desgastes, que incluem a própria crise norte-americana, estreitamente vinculada à desregulação financeira, como as próprias autoridades desse país aceitam.

No entanto, não surge ainda no horizonte outra potência emergente ou um conjunto de potências que possam substituir os Estados Unidos no papel de potência hegemônica. Nenhuma tem a combinação de força política, econômica, ideológica e militar para poder cumprir tal papel. Os Estados Unidos continuam a ser a única potência com iniciativa política sobre praticamente qualquer problema no mundo, ao mesmo tempo que a superioridade militar norte-americana permanece inquestionável. O plano econômico é aquele em que os Estados Unidos apresentam maior debilidade, porém as potências emergentes, como a China e a Índia, partem de um patamar tão baixo, que não representam forças que possam substituir o peso econômico daquele país.

No entanto, a tendência é o enfraquecimento da capacidade hegemônica dos Estados Unidos e do modelo econômico neoliberal, gerando uma grande crise de hegemonia – político-militar e econômica –, responsável pelas turbulências no plano militar e no plano econômico-financeiro.

O ESTADO DA GLOBALIZAÇÃO

O Estado neoliberal, isto é, o Estado da era da globalização, busca fortalecer o direito à propriedade individual, o império da lei e as instituições de livre mercado e livre comércio, como instrumentos para garantir a liberdade individual. A empresa privada e a iniciativa privada são tratadas como as chaves da inovação e da criação de riqueza. Por isso o patrimônio público, em mãos do Estado, deve ser repassado a capitais privados. A privatização, a desregulação e a competição eliminariam os trâmites burocráticos, incrementariam a eficiência e a produtividade, melhorariam a qualidade dos produtos e reduziriam seus custos, contribuindo para controlar a inflação. Esta seria a função do Estado: favorecer esses mecanismos econômicos, que produziriam vantagens para todos.

As liberdades individuais seriam garantidas no mercado, ao qual o Estado deve garantir o acesso a todos. Este princípio deve se estender à esfera do sistema de proteção social, do sistema educacional, da atenção sanitária e das aposentadorias. O sucesso ou o fracasso individuais são considerados resultados das virtudes

empresariais ou da capacidade ou incapacidade pessoais, sem vínculo com algum fator estrutural que os condicionasse.

A livre circulação de capitais entre setores, regiões e países é considerada essencial e o Estado deve zelar prioritariamente por ela, tanto no plano nacional, como no internacional. Tudo na perspectiva da criação de um clima apropriado para os investimentos, em cuja dinâmica se entrega a direção do processo econômico, confiando que suas conseqüências sociais serão benéficas para todos. Todas as barreiras à livre circulação de capitais, como tarifas alfandegárias, sanções fiscais, formas de planejamento e controles ecológicos, assim com outras formas específicas de travas ao capital, devem ser eliminados. A soberania estatal sobre a circulação de mercadorias e de capitais fica entregue ao mercado. A competição internacional é concebida como positiva, na medida que melhora a eficiência e a produtividade, reduz os preços e, em conseqüência, controla as tendências inflacionárias. Portanto, os Estados devem buscar reduções de barreiras à circulação de capital – o chamado livre comércio entre as fronteiras e a abertura dos mercados.

Essa abertura, no entanto, não é generalizada, não inclui a força de trabalho e o mercado laboral. Ao contrário, uma das características da globalização neoliberal é a livre circulação de capitais, mas não a da força de trabalho. Isto possibilita a existência de mercados com mão-de-obra especialmente barata, para os quais se deslocam os grandes capitais, com o beneplácito dos Estados, para obter taxas de exploração muito mais altas e comercializar seus produtos em mercados com alto poder aquisitivo. É uma das expressões do chamado processo de ‘desterritorialização’, que significa o deslocamento de capitais por várias regiões do mundo – China, Índia, Indonésia, Paquistão, México –, explorando as taxas diferenciais de salários para potencializar o processo de acumulação de empresas multinacionais, atraídas pelos Estados, que oferecem o custo barato da mão-de-obra como isca para a chegada de capitais.

O projeto estratégico do neoliberalismo é o da construção do que seus teóricos chamam de Estado mínimo, na tradição da concepção liberal de John Locke. Para este, os direitos precedem ao Estado, cabe a este simplesmente formalizá-los e garanti-los. Seu papel é suplementar, só lhe cabe intervir caso os direitos não estejam sendo cumpridos. A própria força de trabalho e o meio ambiente são tratados como mercadorias, com preço, custo-benefício etc. O Estado neoliberal, em vez de priorizar suas atividades para garantir a universalização dos direitos a toda a população, transformada assim em cidadania, concentra suas atividades

fundamentais na extensão da mercantilização na sociedade, o que inclui a intensificação da transformação dos direitos existentes em bens compráveis no mercado.

Suas funções fundamentais são o apoio ao processo de acumulação de capital, com a visão de que os benefícios se estenderiam a toda a sociedade. Torna-se um Estado mínimo para a grande massa da população, mas fortalece seu papel de Estado máximo no fomento ao grande capital privado.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. *La Pensée Tiède. Suivi de La Pensée Réchauffée: réponse de Pierre Nora*. Paris: Seuil, 2005.
- ANDERSON, P. Testing formula two. *New Left Review*, 8: 5-22, mar./abr. 2001.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora da Unesp, 1986.
- COHEN, J. & ARATO, A. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBBSBAWN, E. *O Curto Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MESCHKAT, K. Una crítica a la ideología de la sociedad civil, s.d. (Mimeo.)
- SADER, E. et al. (Coords.) *Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.